

PExt no HABEAS CORPUS Nº 548.739 - SP (2019/0357366-8)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
REQUERENTE : WALTER ANDRE GOMES NETO
ADVOGADO : ANDERSON ALEXANDRINO CAMPOS - SP267802
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : ANDRE LUIS DE QUEIROZ (PRESO)
ADVOGADO : FÁBIO EDUARDO DE ARRUDA MOLINA - SP190650

DECISÃO

Trata-se de pedido formulado por WALTER ANDRE GOMES NETO em que requer a extensão dos efeitos da decisão proferida em favor do corréu Andre Luis de Queiroz, para o qual a prisão preventiva foi substituída por medidas cautelares diversas.

O acórdão, prolatado pela Sexta Turma desta Corte, está assim ementado:

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. RECEPÇÃO QUALIFICADA. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO. DECRETO MOTIVADO. EXISTÊNCIA DE ANOTAÇÕES. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS À PRISÃO. PROPORCIONALIDADE, SUFICIÊNCIA E ADEQUAÇÃO. FIXAÇÃO QUE SE IMPÕE.

1. Não se vislumbra excesso de prazo para o encerramento da instrução probatória, uma vez considerada a relativa complexidade do feito, que conta com quatro réus e no qual, além de já ter sido realizada audiência, foram expedidas diversas cartas precatórias para a oitiva de testemunhas de defesa.

2. Sabe-se que o ordenamento jurídico vigente traz a liberdade do indivíduo como regra. Desse modo, a prisão cautelar revela-se cabível tão somente quando estiver concretamente comprovada a existência do periculum libertatis, sendo impossível o recolhimento de alguém ao cárcere caso se mostrem inexistentes os pressupostos autorizadores da medida extrema previstos na legislação processual penal.

3. Na espécie, o decreto de prisão está devidamente motivado, pois destacou o Juízo de piso as anotações do paciente, a indicar contumácia delitiva.

4. Todavia, a custódia cautelar é providência extrema que, como tal, somente deve ser ordenada em caráter excepcional, conforme

disciplina expressamente o art. 282, § 6º, do Diploma Processual Penal, segundo o qual "a prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar (art. 319)".

5. Embora o édito prisional indique a necessidade da prisão cautelar, a imposição das medidas cautelares revela-se mais adequada e proporcional ao caso, pois deve-se levar em conta i) o fato de o paciente ser primário, pois a consulta às suas anotações não indica condenação anterior, tampouco a prática de delito grave (e-STJ fls. 41/49); ii) o crime que lhe é imputado, receptação qualificada, não possuir entre seus elementos violência ou grave ameaça; e iii) terem sido os corréus beneficiados com a revogação da prisão preventiva.

6. Ordem parcialmente concedida, a fim de substituir a custódia preventiva do paciente por medidas cautelares diversas da prisão, as quais deverão ser fixadas pelo Juízo de primeiro grau.

Alega o requerente estar na mesma situação fático-processual do paciente Andre, pois também é primário, foi denunciado pela prática do mesmo delito e todos os demais acusados estão em liberdade.

Instado a se manifestar, o MPF emitiu parecer pelo indeferimento do pedido (e-STJ fls. 169/171).

É, em síntese, o relatório.

A aplicação do art. 580 do Código de Processo Penal reclama que os corréus estejam em idêntica situação e que a decisão que beneficiou um deles não decorra de circunstâncias de caráter pessoal.

Esse entendimento vem sendo reproduzido pelas duas Turmas que compõem a Terceira Seção desta Corte: "*O art. 580 do Código de Processo Penal permite que, na hipótese de concurso de agentes, a decisão judicial favorável proferida em favor de um acusado estenda-se aos demais, desde que as situações fático-processuais sejam idênticas e não esteja a decisão beneficiadora fundada em motivos que sejam de caráter eminentemente pessoal*" (RHC 99.572/SC, relator Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 21/03/2019, DJe 1º/4/2019).

No caso, há duas significativas diferenças entre a situação do paciente e a do requerente que impedem a aplicação do disposto no art. 580 do Código de Processo

Superior Tribunal de Justiça

Penal.

Primeiro, o decreto prisional examinado quando apreciado o *habeas corpus* acima referido não cuidou da prisão cautelar do requerente, que, diferentemente dos demais acusados, não foi preso em flagrante.

Além disso, a leitura da denúncia demonstra que o requerente Walter é apontado como o líder do grupo, possuindo uma atuação bem mais destacada dentro das divisões de tarefas que foram estabelecidas. Tal circunstância, por conseguinte, evidencia uma maior gravidade de sua conduta.

Ante o exposto, **indefiro o pedido.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator